

DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 09.275.381/0001-96

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.679	3.620	44.457	76.663
Contas a receber de clientes	5	98	-	61.789	24.996
Estoque	6	-	-	19.782	18.739
Aplicações financeiras restritas	67	67	67	157	157
Tributos e impostos a recuperar	7	1.474	1.306	5.788	4.519
Despesas pagas antecipadamente	2	2	3	2	3
Outros créditos	774	709	21.085	9.015	
Total do ativo circulante		6.096	5.705	153.060	134.092
Não circulante					
Outros créditos	-	-	-	11.156	12.768
Tributos e impostos a recuperar	7	-	-	54.814	54.025
Adiantamento a fornecedores	74.156	74.156	74.156	74.156	
Partes relacionadas - mútuo	8	12.076	9.177	13.984	11.610
Investimentos	9	858.215	665.115	830.766	519.774
Imobilizado	10	243	-	162.606	186.029
Intangível	-	-	-	68	116
Diferido	11	-	-	971	3.302
Total do ativo não circulante		944.690	748.448	1.148.521	861.780
Total do ativo		950.786	754.153	1.301.581	995.872

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Fornecedores	12	323	65	12.047	11.508
Empréstimos e financiamentos	13	1.516	19.869	77.807	50.292
Debêntures	14	-	-	25.553	13.786
Impostos correntes e obrigações tributárias	15	10	17	5.893	1.715
Obrigações estimadas	-	-	-	3	-
Partes relacionadas - mútuo	8	-	-	507	20.602
Taxas regulamentares	-	-	-	10.910	8.683
Dividendos e juros sobre o capital próprio	87.258	22.355	88.145	23.239	
Outras contas a pagar	25.116	24.461	38.043	28.196	
Total do passivo circulante		114.223	66.767	258.908	158.021
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	23.477	24.064	23.477	24.064
Debêntures	14	-	-	97.000	70.154
Partes relacionadas - acionistas	8	311.410	166.863	315.989	169.564
Taxas regulamentares	-	-	-	9.237	8.675
Provisão para contingência	17	-	-	1.048	7.959
Passivo fiscal diferido	16	-	-	19.488	16.249
Total do passivo não circulante		334.887	190.927	466.239	296.665
Patrimônio líquido					
Capital social	177.503	177.503	177.503	177.503	
Reserva de capital	23.624	23.624	23.624	23.624	
Reserva legal	32.574	27.358	32.574	27.358	
Reserva de lucros	267.975	267.974	267.975	267.974	
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		501.676	496.459	501.676	496.459
Participação de não controladores	-	-	-	74.758	44.727
Total do patrimônio líquido		501.676	496.459	576.434	541.186
Total do passivo e patrimônio líquido		950.786	754.153	1.301.581	995.872

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2016	Atribuível aos acionistas controladores							Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Retenção de lucros			Totais		
				Legal	Lucros	Lucros acumulados			
171.046	6.457	23.624	22.706	235.061	-	-	458.894	18.421	477.315
-	-	-	-	-	-	87.522	-	26.306	26.306
-	-	-	-	-	-	-	-	-	87.522
6.457	(6.457)	-	-	4.652	(4.652)	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(22.094)	-	(22.094)	-	(22.094)
-	-	-	-	-	(27.863)	-	(27.863)	-	(27.863)
177.503	-	23.624	27.358	32.913	267.974	-	496.459	44.727	541.186
-	-	-	-	-	-	-	-	22.067	22.067
-	-	-	-	-	-	104.335	104.335	7.964	112.299
-	-	-	-	5.217	(5.217)	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(24.780)	-	(24.780)	-	(24.780)
-	-	-	-	-	(9.436)	-	(9.436)	-	(9.436)
-	-	-	-	-	(64.902)	-	(64.902)	-	(64.902)
177.503	-	23.624	32.575	267.974	-	-	501.676	74.758	576.434

Saldos em 31 de dezembro de 2016	Atribuível aos acionistas controladores							Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Retenção de lucros			Totais		
				Legal	Lucros	Lucros acumulados			
171.046	6.457	23.624	22.706	235.061	-	-	458.894	18.421	477.315
-	-	-	-	-	-	87.522	-	26.306	26.306
-	-	-	-	-	-	-	-	-	87.522
6.457	(6.457)	-	-	4.652	(4.652)	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(22.094)	-	(22.094)	-	(22.094)
-	-	-	-	-	(27.863)	-	(27.863)	-	(27.863)
177.503	-	23.624	27.358	32.913	267.974	-	496.459	44.727	541.186
-	-	-	-	-	-	-	-	22.067	22.067
-	-	-	-	-	-	104.335	104.335	7.964	112.299
-	-	-	-	5.217	(5.217)	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(24.780)	-	(24.780)	-	(24.780)
-	-	-	-	-	(9.436)	-	(9.436)	-	(9.436)
-	-	-	-	-	(64.902)	-	(64.902)	-	(64.902)
177.503	-	23.624	32.575	267.974	-	-	501.676	74.758	576.434

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma). 1. **Contexto operacional:** A DC Energia ("DC Energia" ou "Sociedade") é uma sociedade familiar com investimentos no setor de geração de energia térmica, através da Sociedade Holding Operacional Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL, conforme o objetivo social: (a) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista; (b) a gestão de empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, especialmente relacionados com a produção de energia elétrica por quaisquer fontes; (c) a administração e locação de bens móveis e imóveis próprios e (d) a assessoria administrativa na logística de empreendimentos de quaisquer ramos. A Sociedade possuía em 31 de dezembro de 2018 participação direta no capital social das seguintes empresas controladas, coligada e controlada em conjunto: **Controladas:** • 100% da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL; • 100% da Suape Mineração Ltda.; • 95% da Vigus Engenharia Ltda.; **Controlada em conjunto:** • 50% da ASTC Tecnologia Ltda. **Coligada:** • 37% da Antares Serviços e Participações Ltda. A DC Energia controla indiretamente a EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. - ENORTE através da participação acionária da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL. **Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL:** A Eletricidade do Brasil S.A. ("EBRASIL" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife - Pernambuco. A EBRASIL foi constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar em outras sociedades, comercializar energia e na gestão de empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possui participações societárias em controladas e coligadas conforme relacionado abaixo: • 90% das quotas da EBRASIL Energia Ltda. ("EBE"); • 83,6% das ações da Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. ("EPESA"); • 99,99% das quotas da EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE"); • 99,99% das quotas da Ebrasil Gas e Energia S.A. ("EGAS"); • 24% das ações da Termocabo S.A. ("Termocabo"). **ENORTE - Continuidade Operacional:** A EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. - ENORTE ("ENORTE" ou "Empresa") é uma Empresa limitada domiciliada no Brasil, com sede em Iranduba - Estado do Amazonas. A ENORTE foi constituída em 13 de maio de 2010, com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas, em atendimento ao contrato OC 2278/2010 firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (controlada da Eletrbras S.A., doravante denominada "Amazonas Energia") de 20 de maio de 2010, com vigência de 29 meses contados da assinatura do contrato, sendo passível de prorrogação somente nos casos previstos pela Lei nº 12.111/2009 (art. 2º). O contrato com a Amazonas Energia foi encerrado em setembro de 2016. Em 2017 foi celebrado contrato de locação de equipamentos com a Aggreco Energia, tendo sido renovado em janeiro de 2018 por mais 15 meses. Como reflexo do término do contato com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. em 2016, a Administração tomou algumas ações visando manter a geração de caixa em nível suficiente a suportar os custos operacionais nessa fase de transição, que consistiram em: venda de itens sobressalentes do ativo imobilizado e estoque de manutenção; locação de equipamentos, e participação de novos leilões com o objetivo de prestação de serviços de locação, operação e manutenção de Grupos Geradores de energia elétrica, seus sistemas auxiliares e associados. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos na ordem de R\$ 14 milhões/ano, porém efetivamente, pelo fato de não ter logrado êxito nos leilões, não ocorreu. Em 2017, a participação em leilões não logrou êxito e a Empresa permaneceu locando seus equipamentos no decurso do ano, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões. Em 2018, a Empresa permaneceu locando equipamentos, e ao final do ano, renunciando para renovação do contrato. **Capital circulante líquido negativo:** A Sociedade apresentou em 31 de dezembro de 2018 R\$ 108.127 de capital circulante líquido negativo nas informações da DC Energia Controladora (R\$ 61.062 em 2017) e nas informações consolidadas R\$ 105.848 (R\$ 158.021 em 2017). No tipo de negócio da Sociedade, holding com sua receita sendo quase exclusivamente de equivalência patrimonial, com histórico de constituição de passivo para distribuição de lucro, é natural que o capital circulante líquido apresente-se negativo. 2. **Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2019. Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo e, quando aplicável, ajustadas ao valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações contábeis foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **Estimativas:** Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são revisadas no período em que as estimativas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • **Nota explicativa nº 9 - Consolidação:** determinação se a DC Energia detém de fato controle sobre uma investida; **Incerteza:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 13 - Imobilizado (Consolidado):** princípio de recuperação e estimativa de vida útil do imobilizado; • **Nota explicativa nº 17 - Provisão para contingências (Consolidado):** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Notas explicativas nº 16 - Ativo fiscal diferido (Consolidado):** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. **Mensuração do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade e suas investidas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Sociedade e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **3. Principais políticas contábeis:** A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base consolidada: (i) Participação de acionistas não-controladores:** A Administração elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Sociedade em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(ii) Participação de acionistas não-controladores:** A Administração elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Sociedade em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iii) Investimentos em sociedades controlizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos da Sociedade em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas. As coligadas são aquelas sociedades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle suas políticas financeiras e operacionais. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Sociedade no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. **(iv) Controladas:** A Sociedade controla uma sociedade quando está exposta ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a sociedade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. **(v) Critérios de consolidação:** A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Sociedade. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, seguindo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício. **(vi) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre sociedades, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as sociedades, são eliminadas na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com sociedade investida

registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Sociedade. **b. Ativos e passivos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Sociedade reconhece os depósitos e mútuos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os depósitos em conta reserva a serviço da dívida. Todos são incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento ou perspectiva de realização superior a 12 meses após a data de emissão do balanço. Os empréstimos e recebíveis possuem pagamentos calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. **Passivos financeiros não derivativos:** A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos decorrentes pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Sociedade e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, financiamentos, debêntures, empréstimos a partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são vendidos ou aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido como custo do período em que a respectiva receita é reconhecida. **d. Investimento:** Os investimentos nas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. **e. Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada, do crédito de PIS e COFINS e perdas na redução do valor recuperável, se aplicável. O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros, contratados pela própria Sociedade, inclui o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. A Sociedade optou por não reavaliar seus ativos imobilizados pelo custo atribuído na data de abertura do exercício de 2009, uma vez que seus ativos vinculados à geração de energia foram construídos e formados substancialmente no exercício de 2009 (declaração de entrada em operação comercial em junho de 2009), o qual refletia o valor justo. **Reposição de ativos:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** Os métodos de depreciação, as vidas úteis e valores residuais das controladas são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As coligadas Termocabo e EPASA utilizam as taxas de acordo com a expectativa de vida útil para os bens. As controladas EPESA e ENORTE contrataram especialistas para avaliar a expectativa de vida útil remanescente dos grupos geradores e sistema de tancaçom. Com base nestes laudos de avaliação, considerando o tipo de cada equipamento e grau de utilização, a depreciação é calculada com base na expectativa de vida útil para os bens, conforme segue (em anos):

	Controladas	
	ENORTE	EPESA
Construções	25	25
Máquinas e equipamentos - Grupos geradores e sistema de tancaçom	10	30
Máquinas e equipamentos - Outros	10	10
Instalações industriais	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos eletrônicos	5	5
Veículos	5	5

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. **f. Diferido:** São mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas no valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de 10 anos e reconhecida no resultado. **g. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment: Ativos financeiros (incluindo empréstimos e recebíveis).** O CPC 48 exige que a Sociedade registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Sociedade levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Sociedade. A Sociedade não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Sociedade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Aqueles que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Sociedade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Sociedade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. **Ativos não financeiros:** Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC

DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 09.275.381/0001-96

m. Nova norma não adotada: CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) será aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Como a Sociedade não opera com arrendamentos nem contrato que possam ter arrendamentos embutidos, a Administração concluiu que não haverá impacto em função das alterações da norma sobre este tópico.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e Bancos	161	212	3.785	897
Aplicações financeiras	3.518	3.408	40.672	75.766
Total	3.679	3.620	44.457	76.663

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. As aplicações financeiras em operações de curto prazo possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e são movimentadas para atender às necessidades de caixa da Sociedade e suas controladas. 5. Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	2018	2017
Clientes faturados	61.789	24.996
	61.789	24.996

O saldo de contas a receber é composto pela consolidação das empresas controladas do setor de energia elétrica, representando recebíveis 100% no curto prazo proveniente de geração de energia elétrica, principalmente de sua controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA. Na EPESA, o recebimento, tanto da receita fixa quanto da variável, ocorre em três vencimentos, e cada um equivalente a um terço do valor mensal, a partir do mês do reconhecimento da receita, sendo: (a) primeiro vencimento no dia 20 do mês subsequente; (b) segundo vencimento no dia 30 do mês subsequente; e (c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subsequente. A Administração da Sociedade e suas controladas entendem que é desnecessária a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa dado que a Sociedade não possui histórico de inadimplência de contas a receber, cuja liquidação financeira é regulada pela ANEEL. 6. Estoques (Consolidado)

	Consolidado	
	2018	2017
Óleo diesel (i)	11.963	10.256
Lubrificantes	223	237
Peças de reposição e manutenção (ii)	7.596	8.246
	19.782	18.739

A maior parte do saldo de Estoques pertence à controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, que mantém em seu estoque peças de reposição e óleo diesel. As peças são necessárias à manutenção das máquinas e equipamentos vinculados à geração de energia elétrica, bem como para manutenção dos bens em geral, que somente são capitalizados ao custo do ativo imobilizado quando há aumento da vida útil do bem. A Sociedade adquiriu óleo diesel com a finalidade de atender plenamente a necessidade de geração de energia em plena carga, tendo que permanecer com a capacidade total de estoque de diesel. 7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos a recuperar				
IRPJ e COFINS (i)	5	5	58	58
IRPJ e CSLL a recuperar	1.468	1.301	7.750	6.428
ICMS (ii)	-	-	50.858	50.858
Outros	-	-	1.935	1.200
	1.474	1.306	60.601	58.544
Circulante	1.474	1.306	5.788	4.519
Não circulante	-	-	54.814	54.025

(i) Na ENORTE, os saldos de PIS e COFINS a recuperar referem-se, substancialmente, a créditos na aquisição do ativo imobilizado. A partir de 2014, em conformidade com a Lei 12.546/2011, os créditos das aquisições de grupos geradores foram apropriados de forma integral. (ii) Controlada EPESA: Refere-se aos valores do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a EPESA o incentivo fiscal do diferimento deste imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ/PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.876/91). Conforme regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, não há prazo determinado para se fazer a devolução destes valores do ICMS-ST, razão pela qual a Sociedade está classificando no não circulante. Em conformidade com a Lei nº 16.565 de 8 de outubro de 2015, a partir de 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Contudo, a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei, e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou e, assim sendo, o BR Distribuidora continuou emitindo notas fiscais sem considerar o efeito da referida Lei. Diante desta incerteza, foi registrado como custo de aquisição do combustível todo o ICMS destacado nas referidas notas fiscais de compra de diesel, da mesma forma antes desta Lei, até que haja manifestação pelo Estado de Pernambuco obrigando definitivamente a BR Distribuidora a efetivar a aplicação da referida Lei, quando então serão efetuadas concessões de crédito pela BR Distribuidora para compensar valores pagos a maior correspondente ao ICMS excedente a alíquota de 7% do fornecimento do óleo diesel deste período. A Administração não tem dúvidas quanto ao direito de ressarcimento do valor perante os órgãos competentes e, considerando o histórico de sentenças favoráveis, que pode ser observado em outras empresas do setor, tem expectativa de que o valor será realizado nos próximos exercícios.

8. Partes relacionadas: Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativos às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos que incidem juros equivalentes a taxas de empréstimos de capital de giro, calculados a 100% da variação do CDI + 4,5% a.a. até julho de 2014, e após esse mês a taxa passou para 2,5% a.a., refletindo melhor o custo do dinheiro no mercado financeiro. Desta forma, a Administração entende que tais operações são realizadas em condições usuais de mercado. A medida de geração de caixa das empresas devedoras, os mútuos estão sendo liquidados.

	31/12/2018		Consolidado	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Suape Mineração	2.358	-	2.358	2.387
ASTC Tecnologia	8.314	-	8.314	-
Alonso Schaub	1.017	-	1.017	-
Antares Serviços e Participações S/A	74	-	74	-
Dionon Lustosa Cantarelli	-	311.410	-	311.410
Eletricidade do Brasil S.A.	308	-	2.216	1.839
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	-	-	163
Vigus Engenharia LTDA	6	-	6	190
	12.076	311.410	13.984	315.989

	31/12/2017		Consolidado	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Suape Mineração	87	-	87	-
ASTC Tecnologia	8.008	-	8.008	-
Alonso Schaub	1.017	-	1.017	-
Antares Serviços e Participações S/A	65	-	65	-
Dionon Lustosa Cantarelli	-	166.863	-	166.863
Eletricidade do Brasil S.A.	-	-	1.706	2.245
Ebrasil Energia LTDA	-	-	727	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	-	-	163
Vigus Engenharia LTDA	-	-	-	293
	9.177	166.863	11.610	169.564

9. Investimentos: a. Composição da conta

	Controladora	
	2018	2017
EBRASIL	858.049	664.939
VIGUS	275	286
SUAPE	(109)	(109)
Total	858.215	665.115

b. Movimentação do saldo

Histórico	Eleticidade do Brasil S.A.		ASTC Tecnologia		Suape Mineração LTDA.		Antares Serviços e Participações LTDA.		Vigus Engenharia LTDA.		Total
	EBRASIL	Tecnologia	LTDA.	LTDA.	LTDA.	LTDA.	LTDA.				
Quantidade de ações ou cotas que compoem o capital	123.840.172	100.000	10.000	10.000	220.000	-	-	-	-	-	
Quantidade de ações na investida % de Participação	123.840.172	50.000	10.000	3.700	209.000	-	-	-	-	-	
Patrimônio Líquido da investida sem o Adiantamento para futuro aumento de capital em 31/12/2018	858.049	(6.862)	(617)	(21)	289	850.838	-	-	-	-	
Investimento inicial	664.939	-	(109)	-	284	665.115	-	-	-	-	
Resultado da equivalência patrimonial	110.988	-	-	-	(10)	110.978	-	-	-	-	
Aumento de capital	184.968	-	-	-	-	184.968	-	-	-	-	
Recebimento de dividendos	(102.846)	-	-	-	-	(102.846)	-	-	-	-	
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	858.049	-	(109)	-	275	858.215	-	-	-	-	

10. Imobilizado (Consolidado)

	Consolidado					
	2018		2017			
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos	3,33 a 10	204.203	(85.144)	119.059	203.985	(74.779)
Construções	4	84.522	(45.799)	38.723	82.869	(40.835)
Móveis e utensílios	10	2.799	(2.073)	726	2.753	(1.814)
Terenos	-	1.058	-	1.058	1.058	-
Veículos	20	2.277	(1.710)	567	11.541	(2.225)
Imobilizado em curso	-	2.473	-	2.473	3.477	-
Total		297.332	(134.726)	162.606	305.683	(119.653)

a. Movimentação do custo

	Consolidado					
	Saldo 31/12/2017		Adições		Transferências	
Máquinas e equipamentos	203.985	218	-	-	-	204.203
Construções	83.052	1.470	-	-	-	84.522
Móveis e utensílios	2.753	46	-	-	-	2.799
Terenos	1.058	-	-	-	-	1.058
Veículos	11.541	318	-	-	(9.582)	12.277
Imobilizado em curso	4.313	-	-	-	(1.003)	3.313
Total	306.702	2.052	-	-	(10.585)	298.169

	Saldo 31/12/2016		Adições		Transferências		Baixas		Saldo 31/12/2017	
	Máquinas e equipamentos	203.708	215	-	-	-	-	183	(121)	203.985
Construções	89.347	380	-	-	-	-	(183)	(6.675)	82.869	-
Móveis e utensílios	2.865	67	-	-	-	-	-	(179)	2.753	-
Terenos	1.058	-	-	-	-	-	-	-	1.058	-
Veículos	12.459	10	-	-	-	-	-	(92)	12.377	-
Imobilizado em curso	6.235	-	-	-	-	-	-	(2.758)	3.477	-
	315.672	672	-	-	-	-	(9.825)	-	306.519	-

b. Movimentação da depreciação

	Saldo 31/12/2017		Adições		Baixas		Saldo 31/12/2018	
	Máquinas e equipamentos	(74.779)	(10.365)	-	-	-	-	(85.144)
Construções	(39.999)	(5.800)	-	-	-	-	(45.799)	
Móveis e utensílios	(1.814)	(259)	-	-	-	-	(2.073)	
Veículos	(3.061)	(260)	-	-	-	-	(3.321)	
	(119.653)	(16.684)	-	-	-	-	(134.726)	

	Saldo 31/12/2016		Adições		Baixas		Saldo 31/12/2017	
	Máquinas e equipamentos	(64.441)	(10.340)	-	-	-	-	(74.779)
Construções	(39.520)	(5.010)	-	-	-	-	(40.835)	
Móveis e utensílios	(1.517)	(297)	-	-	-	-	(1.814)	
Veículos	(2.321)	(775)	-	-	-	-	(3.061)	
	(107.799)	(16.422)	-	-	-	-	(120.489)	

Garantias: Os equipamentos das usinas Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, adquiridos originalmente quando da implantação das usinas, estão servindo como garantia às debêntures emitidas para financiamento de suas construções. Recuperação do valor residual dos ativos - EPESA: Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia, findos até 31 de dezembro de 2023, que é o caso da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, as alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos, que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, autogeração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza, etc. Com base em sua melhor estimativa, a EPESA realizou análise de imparidade do seu ativo imobilizado e ativo diferido, com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual reflete o custo médio de oportunidade da Sociedade (14,15% a.a.), gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. Recuperação do valor residual dos ativos - ENORTE: Considerando que para os ativos a vida útil estimada é maior que o tempo de contrato com a Amazonas Energia, alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como, geradores, de reservas. para indústrias, autogeração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza. 11. Diferido:

	Consolidado	
	2018	2017
Gastos administrativos pré-operacionais	1.682	1.682
Gastos de elaboração do projeto	9.025	9.025
Gastos financeiros pré-operacionais	12.603	12.603
Custo	23.310	23.310
(-) Amortização acumulada	(22.339)	(20.008)
Custo líquido	971	3.302

O diferido está sendo amortizado em 10 anos, sendo apropriados aos resultados dos exercícios despesas com amortização de R\$ 2.331 anualmente. A controlada EPESA decidiu pela manutenção do saldo de ativo diferido, conforme previsto na legislação vigente, até sua completa amortização, que ocorrerá em 2019. 12. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Areva (i)	-	-	7.571	7.571
Transmissoras (ii)	-	-	192	504
BR Distribuidora (iii)	-	-	1.928	-
Twenty Six Trading (iv)	-	-	477	744
HDI Global Seguros	-	-	441	342
Outros	323	65	1.438	2.347
Total	323	65	12.047	11.508

(i). Em 16 de novembro de 2007, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, barras-rae, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emiteu notas fiscais de R\$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Sociedade ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa nº 17). Parte do valor está depositado em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador. (ii). Tarifa paga mensalmente pela Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados ("CUST"). (iii). Refere-se a aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS adquiridos à vista, aproveitando-se desconto financeiro. (iv). Refere-se à aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA. 13. Empréstimos e financiamentos:

	Consolidado	
	2018	2017
Finame BNDES - Itaú BBA	-	397
Banco Safra	30.707	30.026
Banco Santander	25.466	-
Banco ABC	20.118	-
Banco Bradesco	24.993	43.933
Total	101.284	74.356
Circulante	77.807	50.292
Não circulante	23.477	24.064

	Custo captação		Vencimento		Parcelas		2018		2017	
	Finame BNDES - Itaú BBA - EPESA	3,00% a.a.	jul/17	31	-	-	-	-	33	-
Finame BNDES - Itaú BBA - ENORTE	3,00% a.a.	set/18	45	-	-	-	-	363	-	
Banco Safra - EBRASIL	3,43% a.a.	jan/20	-	-	-	30.707	-	30.026	-	
Banco Santander - Capital de giro	2,85% a.a.	fev/19	-	-	-	10.056	-	-		

DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 09.275.381/0001-96

como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflète o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras; • **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Fornecedores** - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor justo; • **Empréstimos para capital de giro** - o principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar as necessidades de fluxos de caixa no curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes para capital de giro da Sociedade com custos atrelados à CDI. • **Debêntures não conversíveis** - são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a. • Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

Categoria	2018		2017		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao valor justo	44.457	44.457	76.663	76.663
Contas a receber de clientes	Mensurado ao custo amortizado	61.789	61.789	24.996	24.996
Fornecedores	Mensurado ao custo amortizado	12.047	12.047	11.508	11.508
Empréstimos bancários	Mensurado ao custo amortizado	101.284	101.284	74.356	74.356
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	122.553	122.553	83.940	83.940

A Administração da controlada EPESA não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo. **ENORTE**: A ENORTE revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo; • **Contas a receber** - Decorrem diretamente das operações da Empresa, são classificadas instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, sujeitos à provisão para perdas, quando aplicável. • **Fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Empresa e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor justo. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

Categoria	2018		2017		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao valor justo	111	111	375	375
Contas a receber de clientes	Mensurados ao custo amortizado	154	154	77	77
Fornecedores	Mensurados ao custo amortizado	2	2	15	15
Empréstimos de mútuo	Mensurados ao custo amortizado	-	-	-	-
Empréstimos bancários	Mensurados ao custo amortizado	-	-	363	363

A Administração da controlada ENORTE não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo. **24. Gerenciamento de riscos**: A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Sociedade é a disponibilidade de usinas para geração de energia termelétrica, reguladas pela ANEEL. A Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Sociedade e de suas controladas, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado. As operações da Sociedade e suas controladas que estão sujeitas a fatores de risco são como segue: **a. Risco de liquidez** - Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Sociedade possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Debêntures EPESA	70.713	7.136	6.577	26.308	30.692
Debêntures EBRASIL	51.840	11.840	20.000	20.000	-
Total	122.553	18.976	26.557	46.308	30.692

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta Reserva do serviço da dívida da controlada EPESA, no valor de R\$ 8.209 (R\$ 7.740 em 2017) é mantido como garantia para amortização de três parcelas consecutivas (principal e juros) do saldo em aberto das debêntures (Nota Explicativa nº 8). **b. Risco taxa de juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Sociedade e suas controladas é:

	2018	
	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados		
Debêntures (10% a.a.)	122.553	83.940
Juros basicamente pós-fixados		
Banco Safra	-	30.707
Banco Santander	24.992	25.466
Banco ABC	-	20.118

c. Risco de taxa de câmbio - A Sociedade e suas controladas não possuem operação envolvendo instrumento financeiro. **d. Risco de crédito** - O risco surge da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em

perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 está representado pelo saldo consolidado de contas a receber de clientes no montante de R\$ 61.401 (R\$ 24.934 em 2017). Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, já que há uma forte estrutura de garantia de pagamento e os serviços prestados são bem regulados por órgãos reguladores (ANEEL, ONS, etc.) e de grande interesse público. **e. Risco de aceleração de dívidas** - A Sociedade e sua controlada EPESA possuem debêntures contendo cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela Sociedade e suas controladas e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações. **f. Risco de gerenciamento de capital** - A política da Sociedade e suas controladas prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional. **g. Risco matéria prima** - É o risco de a EPESA não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, frete FOB (responsabilidade do emitente), por preço prefixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo desse contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Esse contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de cinco dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atenderem ao despacho. Essa cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Sendo assim, a EPESA possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível por cinco dias de geração. Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das usinas, a Sociedade gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora.

Contador: Mayara Peixoto Quintino Martorelli - CRC PE 021.099/O-5
Diretoria: **Diretor Presidente** – Dionon Lustosa Cantarelli Júnior; **Diretora Executiva** – Josimary Lima Cantarelli;
Diretor Adm. Financeiro – Carlos Wilson Silva Ribeiro

Publicidade Legal - 22 de julho de 2022 - DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES 2018-2017 pdf

Código do documento 4b785163-b863-48f7-86f9-0c39c43216f1



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

21 Jul 2022, 18:52:28

Documento 4b785163-b863-48f7-86f9-0c39c43216f1 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:52:28-03:00

21 Jul 2022, 18:52:45

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:52:45-03:00

21 Jul 2022, 18:53:00

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 186.214.132.60 (186.214.132.60.static.host.gvt.net.br porta: 16250). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:53:00-03:00

Hash do documento original

(SHA256):cbda8510f41874213d72876ab3af4250bbf006e28938f7db852bb6ae5d48febb

(SHA512):2a3b311ba88146beaa7977db28d07e82562e4edaf41b72334612a51d8f359c85236f32db8badfa4db1164356359c53c09e928d7188733ee4443e197b3999b855

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign